

Centro Ruth Cardoso

Ciclo Juventudes

Comitê Juventudes e Construção de Identidade

Reforma do Ensino Médio – Reunião 1

A partir de um processo de redesenho de seus propósitos e linhas de ação, o Centro Ruth Cardoso (CRC), abarcado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, passa a investir na consolidação de seu papel como um polo de geração e disseminação de conhecimento. Para tal, o CRC reuniu pessoas atuantes na academia, em movimentos sociais e nas diferentes linguagens artísticas para pensar temas contemporâneos, produzindo materiais que sistematizem e compartilhem as análises e reflexões geradas nesses encontros. A temática a ser explorada no primeiro ciclo é Juventudes, dividida em três vertentes: atuação política, construção de identidade e sociabilidades.

Este documento registra e organiza o conteúdo principal do debate Reforma do Ensino Médio – parte 1, realizado em 07 de julho de 2021, no âmbito do Comitê Juventudes e Construção de Identidade.

CONVIDADOS

- RICARDO HENRIQUES: é superintendente executivo do Instituto Unibanco. Entre outros cargos no Executivo federal, estadual e municipal, foi Secretário Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, além de professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) por trinta anos;
- VITOR DE ANGELO: é Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). É professor do programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha;
- ANA INOUE (mediação): é superintendente do Itaú Educação e Trabalho, da Fundação Itaú para Educação e Cultura. Dirige o Centro de Estudar Acaia Sagarana, do Instituto Acaia, que atende estudantes de Ensino Médio de escolas públicas que têm interesse em continuar os estudos em instituições de Ensino Superior de excelência.

INSPIRAÇÃO PARA O DEBATE: *no início de cada encontro, uma obra audiovisual para instigar à reflexão*



Atravessa a Vida (trailer oficial)

Vídeo: *Atravessa a vida* (trailer)

Autoria: João Jardim

Ano: 2020

Sinopse: Enquanto alunos do 3º ano do ensino público no interior do Sergipe se preparam para a prova que pode determinar o resto de suas vidas, o documentário retrata as angústias e os prazeres da adolescência através de seus gestos, inquietações e conquistas.

Link: <https://bit.ly/36yUTzs>

“Muito legal começarmos o debate com Atravessa a vida. É um belíssimo retrato dos desafios que nós enfrentamos.” – RICARDO HENRIQUES

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- Como será a inclusão da formação profissional no Ensino Médio?
- Como estão sendo elaborados os currículos estaduais (até 2021)?
- Quais os desafios, as perspectivas e o impacto da educação *on-line* sobre as juventudes?
- Como trabalhar o letramento digital de juventudes que vivem contextos socioeconômicos e de acesso tão desiguais?
- Como oferecer um novo Ensino Médio que não seja, por si mesmo, um fator endógeno de aumento das desigualdades regionais?

- Como fazer com que haja um aumento no nível de aprendizagem final nas trajetórias propedêuticas do Ensino Médio em relação ao que temos hoje, sobretudo para a maioria de jovens que tentará ingressar na universidade?
- Quem é esse jovem que sai da educação básica para o mundo? De que forma e com quais ferramentas ele enfrentará a vida pós-Ensino Médio?
- De que forma se dá a definição dos itinerários ofertados aos estudantes? Até que ponto ela depende de um bom gestor? E em que medida toma-se como ponto de partida o entendimento daquilo que os jovens querem, de maneira que eles se reconheçam nas opções predefinidas?
- Considerando que este debate se dá no âmbito do Comitê Juventudes e Construção de Identidade e que a faixa etária do Ensino Médio é muito formativa da identidade dos jovens, que papel cabe aos professores e à educação formal como um todo na discussão dos recortes identitários de gênero, raça, classe, orientação sexual com gerações de estudantes que já apresentam um repertório diferenciado a esse respeito?

DEBATE

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM BREVE HISTÓRICO

- Discussão em torno do Ensino Médio é antiga, datando, pelo menos, de meados dos anos 2000, inclusive no Congresso Nacional. Tais debates levaram à produção do projeto de lei que, por fim, resultou na Nova Lei do Ensino Médio (nº. 13.415), de 2017.
- Foco na questão do Ensino Médio em razão dos resultados assustadores apresentados pelo modelo em vigor:
 - Dos jovens que terminam a educação básica, 74% não sabem a Língua Portuguesa de forma adequada e 97% não atendem aos requisitos esperados em Matemática;
 - Ainda que não haja dados consolidados na mesma escala para os demais componentes do currículo, dificilmente o cenário acima será diferente em História, Biologia, Química etc.;
 - Igualmente preocupante é o número de jovens que sequer terminam a educação básica. Em geral, os grandes momentos de ruptura são a virada do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, por um lado, e a virada do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio, por outro;
 - Gravidade do quadro é potencializada pelas desigualdades de gênero, raça e classe que perpassam a sociedade brasileira: na média do país, mesmo com defasagem idade-série, de cada 100 estudantes que entram no Ensino Médio, apenas 66 concluem. Entre os meninos negros, esse número cai para 53;

- Dados evidenciam a necessidade de criar um ambiente que, do ponto de vista curricular, faça mais sentido para os jovens, atraindo-os e fixando-os na escola.

“O pano de fundo é o seguinte: muitos dos que entram na escola não chegam ao Ensino Médio. Dos que chegam, muitos não concluem. Dos que concluem, aprendem muito menos do que seria adequado. E o que é mais grave: mesmo entre aqueles que aprendem o que se espera, qual é o significado real da aprendizagem que esses jovens têm no Ensino Médio?” – RICARDO HENRIQUES

“Há uma fala no documentário Nunca me sonharam, produzido pelo Instituto Unibanco, que conversa com o dilema principal do Centro Ruth Cardoso, que são as juventudes. Em determinado momento, uma menina de Santarém (PA), Jamile, vestida com o uniforme da escola, faz uma pausa e diz: ‘Pô, é duro. É duro ser mulher, negra, jovem e pobre’. É nesse marco que está toda a discussão sobre a interface entre o desafio de pensar uma agenda de juventudes e entender as potencialidades, os limites e os desafios da reforma do Ensino Médio.” – RICARDO HENRIQUES

- No momento, os estados brasileiros ou já homologaram os novos currículos do Ensino Médio ou estão no processo de realizar a homologação das propostas curriculares discutidas no âmbito estadual.
- Atual geração de secretários estaduais de Educação, que assumiu o cargo em 2019 (só poucos os casos de continuidade em relação à gestão anterior), hoje trabalha as seguintes incumbências principais:
 - Nos Ensinos Infantil e Fundamental: formar os professores nos currículos que haviam sido aprovados;
 - No Ensino Médio: construir o currículo, formar os profissionais da Educação e implementar o novo Ensino Médio como um todo, não só no que se refere ao currículo em si, mas a toda a estrutura vinculada a ele.

O NOVO ENSINO MÉDIO EM SEUS DESAFIOS

- Necessidade de superar o debate teórico sobre o novo Ensino Médio e a mudança na legislação: agora é momento de implementá-lo;
 - **Não há lugar para falar de um “novo”** – entre aspas – Ensino Médio: trata-se de uma realidade;
 - Reconhecer isso não significa abrir mão de um olhar crítico: não se pode fazer tábula rasa, como se o adjetivo “novo”, por si só, resolvesse algo.
- A depender do novo modelo desenhado, há o risco de criar desigualdades regionais, no sentido de a flexibilidade da oferta levar à setorização da distribuição dos itinerários:

- Tendência de que em algumas regiões, por decisão do gestor – seja baseada na opinião dele, seja fundamentada nas alternativas disponíveis –, aquilo que seria a liberdade do aluno de escolher entre um cardápio amplo se torne, na prática, uma escolha “livre” entre o pouco que será ofertado;
- Papel fundamental dos gestores na correção dessas distorções: em vez de simplesmente avalizarem quais itinerários são possíveis na sua região, é preciso que se questionem sobre os motivos para esse cenário e o que pode ser feito para viabilizar novas opções nas localidades.

“É possível que a gente vivencie uma situação em que teremos uma oferta flexível no limite da flexibilidade que cada rede pode oferecer, e essa flexibilidade é, a começar do ponto de vista orçamentário, extremamente limitada. No fim, teremos duas ofertas de itinerário para um conjunto de possibilidades que vai muito além disso. Portanto, nós corremos o risco de construir um cenário de opções, mas opções que segmentem. O gestor precisará estar atento aos fatores que contribuirão para essa segmentação, de modo que ele possa contorná-los, ou seja, de modo que ele seja um fator de transformação para homogeneizar as condições de acesso a esses itinerários.” – VITOR DE ANGELO

“Pensando a escala da rede de ensino e, depois, a customização por unidade, como o gestor assume a responsabilidade sobre a oferta disso? É um casamento de diferentes vetores: a demanda potencial da escola, que tem a ver com seu histórico, suas intenções futuras, seu corpo docente (lembrando que no Brasil um diretor de escola não escolhe seus professores); a demanda setorial do mercado em um sentido amplo (ou seja, como se organizam as forças econômico-produtivas naquele território, quais suas estratégias atuais e previstas); e aquilo que as secretarias de Educação são capazes de ofertar, que terá de ser escalonado no tempo dentro de uma agenda coerente e alinhada.” – RICARDO HENRIQUES

- Para além do risco da criação de novas disparidades, o novo Ensino Médio deve lidar e corrigir as desigualdades sociais mais amplas que impactam diretamente nas experiências dos estudantes:
 - Em um mesmo estado brasileiro, o filho de uma família chefiada por um homem branco, com renda média razoável, alta escolaridade (a partir do Ensino Médio completo) que mora no centro urbano tem 87% de chance de concluir o Ensino Médio com um ano de defasagem, enquanto o filho de uma família chefiada por uma mulher negra, pobre, analfabeto (com menos de quatro anos de escolaridade) que reside na área rural tem 5% de probabilidade de fazê-lo.

“O maior gargalo segue dar conta da heterogeneidade pretérita que pouco tem a ver com o sistema de ensino. Na verdade, em regra, os sistemas de ensino brasileiros não só acolhem o padrão de desigualdade existente, como o aumentam.” – RICARDO HENRIQUES

- Em muitos municípios brasileiros, há somente uma escola de Ensino Médio. Como criar condições objetivas para que essa única escola seja capaz de produzir trajetórias flexíveis realmente elegíveis para o mundo do trabalho?
 - No Estado de São Paulo, 50% dos municípios têm apenas uma escola nessa etapa de ensino. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, essa porcentagem chega a cerca de 75% – ou seja, três quartos dos municípios desses estados contam com uma única escola de Ensino Médio;
 - Ao contrário do que se poderia presumir, tais escolas exigem um investimento de recursos maior, e não menor, do que aquelas em regiões mais adensadas, de modo a criar algum espectro de flexibilidade.
- Necessidade de a Educação transbordar as suas fronteiras e estabelecer um diálogo com o mundo real da empregabilidade – o setor produtivo público e privado – para conhecer suas demandas e intencionalidades. Aqui, diversos desafios se colocam:
 - Estabelecer um grau de maturidade institucional que garanta aos secretários de Educação os instrumentos efetivos para construir um mapa da política econômica do seu território, de modo que o sistema de ensino atenda às capacidades de empregabilidade associadas às configurações regionais específicas;
 - Pensar novas capacidades de empregabilidade adequadas à realidade intertemporal do mercado de trabalho, partindo do entendimento de que os empregos de amanhã não serão os empregos de hoje (para os centros urbanos, essa mudança é prevista já para um horizonte curto de cinco anos).
- Formação dos professores para o novo Ensino Médio, não só em termos de qualificação técnica, mas também de *mindset*:
 - É preciso que o corpo de professores da rede pública entenda de forma consistente que a escola gera valor tanto do ponto de vista da cidadania quanto do ponto de vista da mobilidade social associada à mobilidade educacional dos jovens;
 - Necessidade de pensar não só a formação continuada, mas a própria formação inicial dos professores. Aqui, as universidades têm um papel central – em especial, as universidades privadas, que fornecem cerca de 85% da rede de docentes;
 - **Em geral, professores têm uma formação inicial “engessada” em relação à flexibilidade proposta pelo novo Ensino Médio:** desafio de trabalhar a interdisciplinaridade, questão antiga que ainda não foi superada e que se coloca nos itinerários;
 - Sensibilidade do corpo de professores para lidar com as características geracionais mutáveis que têm se dado de maneira muito rápida e intensa, exercendo seu papel de entender os estudantes e ser capaz de se comunicar com eles de maneira efetiva;

- Relação de tensão e resistência por parte de alguns setores das universidades: visão de que a escola estaria sendo organizada para gerar produtividade para uma exploração no mundo do trabalho;
- Por outro lado, há universidades públicas oferecendo novos cursos de natureza interdisciplinar, demonstrando um reflexo e um interesse em apostar na formação de professores com um perfil mais adequado aos termos da reforma do Ensino Médio.

“Que aquelas pessoas que já enxergaram possibilidades de atualizar as suas formações contaminem as outras, para que a universidade, se não for movida de fora para dentro, seja movida de dentro para dentro.” – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Desafios para a atribuição de aulas e a alocação de professores:

- Diminuição da formação geral básica no novo currículo exige ajustes na carga horária dos professores de alguns componentes, gerando receios e insatisfações entre os profissionais e as entidades de classe;
- Tendência é a ampliação no longo prazo do número de professores dedicados na rede pública: dificuldade de ter itinerários realmente flexíveis com professores que possuem diversas matrículas.

“Nenhum professor dirá em sã consciência que precisa de menos horas na sua disciplina. Se eu perguntar quem está disposto a abrir mão da sua carga horária na formação geral básica, ninguém dirá ‘eu’. Portanto, o problema já está instalado, porque nós da Secretaria que vamos ter de escolher. Qual foi o critério que usamos? Os professores não vão ter a disciplina de ‘Sociologia’ com este nome, mas eles não vão ficar sem dar aula; eles terão a oportunidade de trabalhar seus conteúdos sociológicos em outros momentos, como uma eletiva ou um projeto de vida. Mas isso não está claro, o que leva a algumas incompreensões sobre o que é o novo Ensino Médio.” – VITOR DE ANGELO

“As secretarias de Educação têm professores efetivos, portanto é preciso que elas façam previamente um de/para na atribuição das aulas. Não se pode abrir um leque tão grande. Onde eu tenho energias limpas, quem pode lecionar esse tema é tal e tal professor. Até porque, quando observamos o espírito da Lei do Ensino Médio, está dito que a formação geral básica tem de estar articulada com o itinerário. O itinerário não pode atirar no vazio e deixar para trás todos aqueles objetivos com relação a conhecimento e formação do aluno.” – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- O novo Ensino Médio traz desdobramentos secundários, específicos a cada estado, que transbordam a questão propriamente pedagógica;

- Transporte escolar: no Espírito Santo, por exemplo, esse serviço é compartilhado entre municípios. Uma vez que a carga horária do Ensino Médio é ampliada, cria-se um descompasso no horário entre as cidades. Uma possível solução é induzir a ampliação da jornada também no Ensino Fundamental II (mesmo sem uma lei que o exija),

criando um alinhamento no transporte e permitindo a inclusão de componentes como o projeto de vida nessa etapa da educação básica;

- Em teoria, o exemplo do transporte escolar é do campo da logística, mas a questão se transforma em um gargalo maior quando reconhecemos a territorialização como um fator de desigualdade – ou seja, a condição de viver perifericamente ao sistema de ensino como punitiva ao estudante;
- Matrícula: questão corriqueira precisará ser adaptada à flexibilidade do novo Ensino Médio. No modelo capixaba atual, o estudante seleciona e hierarquiza suas escolas de interesse em um sistema que faz a alocação automática dentro das vagas disponíveis. No entanto, uma vez que os itinerários serão implementados apenas em 2023, como informar ao aluno ingressante no novo Ensino Médio em 2022 quais opções estarão disponíveis em cada escola? Solução foi inverter a lógica do sistema de matrícula: o estudante preencherá suas informações, características e preferências, e o sistema indicará quais escolas mais se aproximam do seu perfil dentro dos itinerários possíveis;
- Horário de almoço dos professores: com a ampliação da carga horária tanto da manhã quanto da tarde, o horário de almoço dos professores que têm mais de um vínculo foi achatado.

O NOVO ENSINO MÉDIO EM SUAS OPORTUNIDADES

- Reforma do Ensino Médio oferece a oportunidade de desenhar algo que faça sentido para os alunos, aproximando-os da escola a partir de um currículo mais atrativo:
 - Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como o nome diz, guarda uma base comum a todo o país, mas a flexibilidade do novo Ensino Médio permite adaptá-lo às realidades regionais – não só às diferentes realidades sociais, culturais, econômicas e históricas que estarão refletidas no currículo, mas também às características, expectativas e condições dos estudantes de cada estado;
 - Ao criar trajetórias flexíveis e estabelecer caminhos para que os itinerários se deem tanto no campo propedêutico quanto no campo do trabalho, a reforma do Ensino Médio aumenta a chance de a escola ir ao encontro do que são as experiências do mundo;
 - Ferramentas colaborativas de elaboração do novo currículo, como a articulação com parceiros externos e as consultas públicas.

“Apesar de a rede pública de ensino padecer mais ou menos dos mesmos desafios pelo Brasil afora, o país é muito heterogêneo. Por isso, a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos à Secretaria foi uma pesquisa com nossos alunos para saber, afinal, se eles conheciam o novo Ensino Médio e o que achavam disso. Para nossa surpresa, não era um

percentual grande que conhecia, mesmo com todo o processo político ruidoso que tivemos.” – VITOR DE ANGELO

- Forte demanda dos estudantes por ensino técnico profissionalizante:
 - Possibilidade de articulação entre a oferta desse tipo de ensino e a ampliação das escolas de tempo integral;
 - Esforço de ofertar cursos técnicos profissionalizantes inovadores, que vão além daqueles tradicionais cujo mercado de trabalho, em muitos casos, já está saturado em um determinado território. Exemplo: gestor de redes sociais;
 - Ausência de opções no catálogo nacional de cursos técnicos profissionalizantes que tragam no nome a palavra “inovação” ou variantes;
 - Novas formações técnicas profissionalizantes exigem da rede pública uma preparação em termos de estrutura. Exemplo: não é possível oferecer um curso de gestão de redes sociais sem computadores nem Internet na escola;
 - Desafio: como ofertar em larga escala trilhas adequadas no campo do ensino técnico profissionalizante?

“Está posta no Brasil uma estrutura que tem na universidade a grande avenida para a profissionalização. Esta é a forma que a sociedade brasileira tem de formar profissionais. Só que todas as vagas de Ensino Superior existentes no país atendem a 20% dos jovens. Ou seja, 80% deles não irão para a universidade por falta de vagas. O que nós estamos propondo para esses 80%?” – ANA INOUE

- Novo Ensino Médio potencializa o desenvolvimento de soluções inovadoras para diminuir as disparidades e ampliar as ofertas aos estudantes:
 - **Criação de “clusters” de escolas:** grupos de escolas que podem ser pensadas em conjunto dentro de critérios determinados – a distância, sobretudo – para que os itinerários se complementem, ampliando as opções ofertadas;
 - Uso dos centros de mídias para responder à falta de disponibilidade de professores com a formação adequada em determinados componentes e itinerários. Exemplos: Rondônia, onde as aulas de espanhol nas escolas do interior são dadas por um professor em Porto Velho (com o apoio local de uma sala equipada e um professor mediador); e Montevidéu, onde os estudantes têm aulas de inglês com um professor nativo baseado na Inglaterra.

“A reestruturação proposta sinaliza para uma mudança de cultura institucional. Precisamos ter na cabeça uma visão de médio prazo. Por definição, haverá muito ruído no curto prazo. Supondo que esteja na direção certa – e a direção certa tem a ver com o que o contemporâneo solicita –, vai existir atrito, vai existir resistência, mas será gerado um processo de aproximação sucessiva para a convergência disso.” – RICARDO HENRIQUES

REFERÊNCIAS & MATERIAIS DE INTERESSE

- Base Nacional Comum Curricular, documento normativo do Ministério da Educação: <https://bit.ly/3idDUbh>
- *Guia do Estudante: Novo Ensino Médio*, publicação da Secretaria do Estado da Educação do Espírito Santo (2021): <https://bit.ly/3hH3jeJ>
- Jovem de Futuro, programa que trabalha a gestão em escolas públicas de Ensino Médio implementado pelo Instituto Unibanco em parceria com as secretarias estaduais de Educação: <https://bit.ly/36xK3tN>
- *Jovens e o Ensino Médio: desafios para a educação brasileira*, publicação de Fernanda Arantes Silva e Raquel Souza (2019): <https://bit.ly/2T8bTcO>
- Nova Lei do Ensino Médio (nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017): <https://bit.ly/3hCIZLr>
- *Nunca me sonharam*, documentário sobre o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras realizado por Maria Farinha Filmes e Instituto Unibanco (2017): <https://bit.ly/3ecqdYX>
- Observatório de Educação, plataforma com publicações, dados, eventos e produções audiovisuais sobre Ensino Médio e gestão em educação pública organizada pelo Instituto Unibanco: <https://bit.ly/3ehopOr>